

ÁGUAS DE NOVA FRIBURGO LTDA.

CNPJ: 03.119.806/0001-91

Balancos patrimoniais 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais)			
	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	19.176	24.741
Contas a receber de clientes	7	26.851	26.014
Estoques		3.703	3.640
Despesas antecipadas		760	536
Créditos com partes relacionadas	20	185	78
Tributos a recuperar	8	199	15
Outros ativos		586	841
		51.460	55.865
Não circulante			
Aplicações financeiras vinculadas	9	2.572	2.283
Contas a receber de clientes	7	978	-
Depósitos judiciais		64	36
Tributos a recuperar	8	26	18
Ativo de direito de uso	10	1.331	493
Imobilizado	11	1.401	1.267
Ativo de contrato	12	102.684	71.693
Intangível	13	146.897	132.729
		255.953	208.519
		307.413	264.384
	Nota	31/12/2025	31/12/2024

Passivo			
Circulante			
Fornecedores	14	7.087	2.316
Empréstimos e financiamentos	15	5.919	5.779
Passivos de arrendamento	15	887	354
Notas comerciais escriturais	16	15.834	16.217
Obrigações tributárias	17	1.581	2.007
Obrigações trabalhistas		6.129	3.956
Ônus da concessão		363	313
Débitos com partes relacionadas	20	1.236	1.187
Obrigações com sócios	20	9.628	16.280
Outras obrigações		2.453	2.605
		51.117	51.014
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	15	92.429	70.076
Passivos de arrendamento	15	572	224
Notas comerciais escriturais	16	7.141	21.393
Obrigações tributárias	17	130	130
Tributos diferidos	18	1.993	1.307
Provisões para contingências	19	1.102	946
		103.367	94.076
Patrimônio líquido			
Capital social		44.000	44.000
Lucro acumulado		108.929	75.294
		152.929	119.294
		307.413	264.384

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Resultado operacional antes do resultado financeiro			
Receita líquida	22	205.384	172.808
Custo dos serviços prestados	23	(109.743)	(89.765)
Lucro bruto		95.641	83.043
Recargas (despesas) operacionais		-	-
Despesas gerais e administrativas	24	(42.824)	(36.278)
Outras receitas operacionais		1.071	371
		(41.753)	(35.907)
		53.888	47.136
Resultado operacional antes do resultado financeiro			
Receita (despesas) financeiras		5.650	4.666
Receitas financeiras	25	(9.710)	(11.338)
Despesas financeiras	25	(4.060)	(6.672)
Resultado financeiro, líquido		49.828	40.464
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		(15.507)	(10.148)
Imposto de renda e contribuição social - corrente	18b	(686)	(58)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	18b	33.635	30.258
Lucro líquido do exercício		33.635	30.258

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	Capital social	Lucro acumulado	Patrimônio líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2024	44.000	51.274	95.274
Lucro líquido do exercício	-	30.258	30.258
Juros sobre o capital próprio	-	(6.238)	(6.238)
Saldos 1º de janeiro de 2025	44.000	75.294	119.294
Lucro do líquido do exercício	-	33.635	33.635
Saldos 31 de dezembro de 2025	44.000	108.929	152.929

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	49.828	40.464
Ajustes para conciliar o lucro antes dos impostos ao caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	12.199	12.450
Juros sobre empréstimos e financiamentos e arrendamentos e amortização de custos de transação sobre empréstimos e financiamentos	4.352	5.317
Juros sobre notas comerciais escriturais e amortização de custos de transação sobre notas comerciais escriturais	4.223	5.382
Ganho com operações de swap	-	(110)
Variações monetárias	376	8
Atualização monetária das contingências	116	(362)
Provisão para perdas esperadas de crédito esperadas para contas a receber	2.418	1.571
Provisões (reversões) de contingências	40	(323)
Resultado na alienação/baixa de imobilizado/intangível	(37)	(1)
Perda com derivativos	-	106
Resultado na baixa de arrendamento	-	(17)
Variações no ativo e passivo	(4.233)	(1.700)
Contas a receber de clientes	(63)	(2.675)
Estoques	(970)	133
Depósitos judiciais	(28)	3
Tributos a recuperar	(224)	(173)
Despesas antecipadas	255	(672)
Outros ativos	(289)	(510)
Aplicações financeiras - vinculadas	4.771	346
Fornecedores	50	9
Ônus da concessão	(48)	(843)
Obrigações tributárias	2.173	1.019
Obrigações trabalhistas	(58)	385
Partes relacionadas, líquidas	(152)	1.229
Outras obrigações	74.699	61.036
Imposto de renda e contribuição social pagos	(15.107)	(10.145)
Pagamentos de juros sobre empréstimos e financiamentos	(5.804)	(4.568)
Pagamentos de juros sobre arrendamentos	(237)	(100)
Pagamentos de juros sobre notas comerciais escriturais	(4.572)	(6.309)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	48.978	39.914
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adições ao imobilizado	(400)	(327)
Adições ao ativo de contrato e intangível	(50.939)	(27.815)
Valor recebido pela venda de imobilizado/intangível	44	34
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos	(51.295)	(28.108)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(6.652)	-
Captações de empréstimos e financiamentos	24.401	21.206
Pagamentos dos arrendamentos	(843)	(732)
Pagamentos das notas comerciais escriturais	(14.286)	(14.286)
Pagamentos dos empréstimos e financiamentos	(5.869)	(12.644)
Derivativos recebidos	-	93
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamentos	(3.249)	(6.363)
Redução líquida no caixa e equivalentes de caixa	(5.565)	5.443
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	24.741	19.298
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	19.176	24.741

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Águas de Nova Friburgo Ltda. ("Concessionária"), sociedade limitada, com sede localizada à Rua Antônio Mário de Azevedo, nº 417, Duas Pedras, no Município de Nova Friburgo – RJ – Brasil, controlada pela Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A., é uma Sociedade de Propósito Específico de concessão entre e Prefeitura do Município de Nova Friburgo (o "Concedente") e a Águas de Nova Friburgo Ltda., através do Concedente, em conformidade com o contrato nº 002/98, promovido pelo Concedente, em 1998, com prazo de 25 anos, prorrogáveis contados da emissão da ordem de serviço inicial do contrato, que foi em 1º de julho de 1999, tendo o presente contrato a previsão de término para 1º de julho de 2024. Em 21 de julho de 2010 e em 13 de janeiro de 2025 foram assinados aditivos para prorrogação do contrato de concessão por mais 180 e 120 meses, respectivamente, fazendo com que o término do contrato passasse para julho de 2049. Seu objeto é a gestão integrada dos sistemas e serviços de saneamento básico de água e de esgotos sanitários no perímetro urbano do Município de Nova Friburgo, Estado do Rio de Janeiro. O serviço público de água e esgoto compreende os serviços de operação, conservação, manutenção, modernização, ampliação, exploração e a cobrança direta aos usuários dos serviços, abrangendo, ainda, estudos técnicos, serviços e obras necessárias à consecução deste objeto ao longo do período da concessão. O presente contrato de concessão possui cláusula de outorga, sendo este um percentual aplicado sobre a arrecadação bruta oriunda do fornecimento de água tratada e coleta e tratamento de esgoto, além da taxa para custeio com a regulação dos serviços concedidos. Findo o prazo da presente concessão, todos os bens públicos e instalações utilizadas pela Concessionária, bem como todas as obras e instalações por ela realizadas para operar plenamente os serviços concedidos, serão revertidas automaticamente para a Prefeitura de Nova Friburgo. **Reforma tributária:** Em 2025, a reforma tributária sobre o valor agregado foi regulamentada por meio da Lei Complementar nº 214/2025 ("Reforma"), prevendo a

substituição de tributos como PIS, COFINS, ICMS, ISS e IPI pelos tributos Contribuição sobre Bens e Serviços ("CBS") e Imposto sobre Bens e Serviços ("IBS"). O objetivo é simplificar o sistema tributário brasileiro e aumentar a eficiência operacional e o grau de transparência na cadeia de circulação de bens e serviços. O período de transição para a nova metodologia de tributação ocorre entre 2026 e 2032, com elevação gradual até alcançar a alíquota plena em 2033, não havendo incidência, no primeiro ano de transição, dos novos tributos implementados pela reforma. A Concessionária permanece acompanhando de forma contínua os desdobramentos regulatórios e operacionais decorrentes da Reforma, incluindo avaliação de impactos futuros em sua operação e créditos tributários. Adicionalmente, a Concessionária está realizando revisões em seus sistemas e processos internos para garantir a conformidade com os novos requisitos legais. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras:** **2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Adicionalmente, a Concessionária considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCP 07 (R1) na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A Concessionária preparou essas demonstrações financeiras com base no pressuposto de continuidade operacional. A Administração da Concessionária não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvida significativa sobre a continuidade da Concessionária. Em 20 de março de 2026, a diretoria executiva da Concessionária autorizou a conclusão destas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025. **2.2. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras da Concessionária foram preparadas com base no custo histórico, como base de valor, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Concessionária. **3. Políticas contábeis materiais:** **3.1. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez, com vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. **3.2. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Concessionária. Se o prazo de recebimento é igual ou inferior a um ano, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado, através da provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber. Esta provisão é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Concessionária não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais de vencimento. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. No caso de acordos para valores refinanciados, as contas a receber não consideram encargos financeiros, atualização monetária ou multa. **3.3. Imobilizado:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment), se houver. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos irão fluir para a Concessionária. O valor contábil de itens ou peças substituídas são baixados. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Um item de imobilizado é baixado quando vendido (por exemplo, na data que o receptor obtém o controle) ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. A depreciação é calculada sobre o custo de um ativo, e é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada grupo de bens, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis econômicas estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Equipamentos de informática	5 anos
Veículos	5 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados ao final de cada exercício e ajustados, se apropriado, de forma prospectiva. Os bens registrados no imobilizado não possuem vinculação com as concessões de serviços públicos. **3.4. Ativo de contrato:** Os bens vinculados à infraestrutura da concessão ainda em construção são registrados inicialmente como ativos de contrato, considerando o direito da Concessionária de cobrar pelos serviços prestados aos clientes. Assim, os novos ativos são registrados inicialmente como ativos de contrato, mensurados pelo custo de aquisição, mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os custos de empréstimos e financiamentos capitalizados. Após a entrada em operação dos ativos, fica evidenciada a conclusão da obrigação de desempenho vinculada à construção, sendo os ativos transferidos para o ativo intangível. **3.5. Intangível:** a) Sistema de água e esgoto: A Concessionária reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar os usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário presentes nos contratos de concessão, em atendimento à Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), do Comitê de Pronunciamentos Contábeis e à Orientação OCP 05 desse mesmo Comitê (OCP 05). O ativo intangível é determinado como sendo o valor da receita de construção auferida na construção ou aquisição da infraestrutura realizada pela Concessionária. O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Concessionária. A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro. b) Softwares: As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquiri-los e fazer com que estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados de acordo com a sua vida útil estimada. **3.6. Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros são registrados de acordo com o CPC 48, que determina a classificação dos ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado, (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, e (iii) mensurados ao custo amortizado. Dependendo das características de cada instrumento, eles podem ser classificados em resultado financeiro ou em outros resultados abrangentes. Essas classificações são baseadas no modelo de negócio adotado pela Administração e nas características dos fluxos de caixa contratuais. A Concessionária classifica seus ativos e passivos financeiros, de acordo com as seguintes categorias: **Ativos financeiros - custo amortizado:** São reconhecidos a custo amortizado, os ativos financeiros mantidos em um modelo de negócio cujo objetivo seja mantê-los para receber fluxos de caixa contratuais. Esses fluxos são recebidos em datas específicas e constituem exclusivamente pagamento de principal e juros. **Ativos financeiros - valor justo por meio do resultado:** São reconhecidos pelo valor justo por meio de resultado os ativos que: (i) não se enquadram na classificação ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, (ii) instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio do resultado, e (iii) são gerenciados com o objetivo de obter fluxo de caixa pela venda de ativos. **Ativos financeiros - mensuração inicial:** No reconhecimento inicial a Concessionária mensura seus ativos e passivos financeiros ao valor justo, considerando os custos de transação atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo ou passivo financeiro. **Ativos financeiros - mensuração subsequente:** • *Custo amortizado:* esses ativos são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetiva subtraindo-se o valor referente a perda de crédito esperada e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Além disso, é considerado para apuração do custo amortizado o montante de principal pago. • *Valor justo por meio do resultado:* os ativos classificados dentro desse grupo são contabilizados por meio de reconhecimento do ganho e perda no resultado do exercício. **Passivos financeiros - reconhecimento inicial:** Todos os passivos financeiros da Concessionária são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Concessionária incluem fornecedores, empréstimos e financiamentos, passivos de arrendamentos, notas comerciais escriturais, ônus da concessão e débitos com partes relacionadas. **Passivos financeiros - mensuração subsequente:** • *Custo amortizado:* são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetivos, ou ganhos e perdas são reconhecidos no resultado no momento da baixa dos passivos ou através do acréscimo da taxa efetiva. • *Valor justo por meio do resultado:* são contabilizados por meio do reconhecimento do ganho e perda no resultado do exercício. **Desreconhecimento de ativos financeiros e passivos financeiros:** Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e • A Concessionária transfere seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atrasso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse transferindo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou nem transferindo nem retendo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferindo o controle do ativo. Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sobre o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo montante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. **Compensação de instrumentos financeiros:** Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. **3.7. Perda por redução ao valor recuperável dos ativos financeiros e não financeiros:** Os ativos da Concessionária são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda e, se houver, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassar seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso do ativo. A Concessionária baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes. As projeções baseadas nessas previsões e orçamentos abrangem o período da concessão. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não foi identificado nenhum evento indicando a não recuperabilidade dos ativos da Concessionária. **3.8. Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Concessionária tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos e financiamentos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesas no período em que são incorridos. **3.9. Tributos: Imposto de renda e contribuição social correntes:** A Concessionária adota o lucro real como regime de tributação para apuração do imposto de renda e da contribuição social. O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre

o lucro tributável excedente de duzentos e quarenta mil reais anuais para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. **Imposto de renda e contribuição social diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos tendo como base as adições e exclusões temporárias, oriundas das diferenças entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores considerados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias oriundas do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que, na data da transação, não afete o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço, avaliando-se a sua recuperabilidade, de acordo com premissas de projeções, e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. **Tributos sobre as receitas:** As receitas de serviços estão sujeitas à Contribuição para o Programa de Integração Social – PIS, à alíquota de 1,65% e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, à alíquota de 7,60%. Estes encargos são apresentados como deduções de receita bruta na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS e da COFINS são apresentados dedutivamente das despesas e receitas operacionais na demonstração do resultado. Os débitos decorrentes das receitas financeiras e os créditos decorrentes das despesas financeiras estão apresentados dedutivamente nessas próprias linhas na demonstração do resultado. **3.10. Provisões: Geral:** São reconhecidas quando a Concessionária possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. **Provisões para riscos civis e trabalhistas:** A Concessionária é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.11. Receita operacional:** i) **Receita de prestação de serviços:** Receitas relativas ao tratamento e distribuição de água e de coleta e tratamento de esgotamento sanitário. São reconhecidas por ocasião do consumo de água ou da prestação de serviços. As receitas ainda não faturadas, cujos serviços já foram prestados, são reconhecidas com base em estimativas mensais dos serviços completados. A receita de outros serviços indiretos de água e esgoto refere-se à prestação de serviço de instalações de hidrômetros e ligação e religação de água e é reconhecida no exercício no qual os serviços são prestados. ii) **Receitas de construção:** A receita relacionada à construção, compreende obrigações de desempenho referentes a projetos de infraestrutura, de acordo com o contrato de concessão. Dessa forma, a construção da infraestrutura necessária para a distribuição de água e coleta e tratamento de esgotamento sanitário é considerada um serviço prestado ao Poder Concedente, sendo a correspondente receita reconhecida ao resultado. Para mensuração destas receitas, a Concessionária estima que a margem é irrelevante, considerando-a zero. Portanto, esta receita de construção é mensurada sem adicional de margem sobre o custo de construção. **3.12. Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem as receitas de juros sobre aplicações financeiras, juros e multas vinculadas à operação e ganhos com derivativos. A receita de juros é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método de taxa de juros efetiva. As despesas financeiras abrangem substancialmente os juros e variação monetária com empréstimos e financiamentos, juros capitalizados, juros sobre arrendamentos, variação monetária sobre contingências, tributos sobre operações financeiras, descontos concedidos e perdas com derivativos. As despesas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido. **3.13. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025:** A Concessionária aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025 (exceto quando indicado de outra forma). A Concessionária decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. A adoção dessas alterações de normas não resultou em impacto relevante sobre as divulgações ou os valores divulgados. **Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade:** O CPC emitiu a revisão de pronunciamentos técnicos CPC 27, que contempla alterações trazidas pelo *Lack of Exchangeability* emitido pelo IASB, com alterações no CPC 02 (R2) e no CPC 37 (R1). Esta mudança específica como uma entidade deve avaliar se uma moeda é conversível e como deve determinar a taxa de câmbio à vista quando não houver convertibilidade. As alterações também exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender como a falta de convertibilidade de uma moeda em outra afeta, ou se espera que afete, o desempenho financeiro, a posição financeira e os fluxos de caixa da entidade. **Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial:** Em setembro de 2024, o CPC emitiu alterações ao CPC 18 (R3) e à interpretação técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB. A atualização do CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas demonstrações financeiras individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas demonstrações financeiras separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas. **3.14. Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Concessionária, estão descritas a seguir. A Concessionária pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. **CPC 51 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis:** Introduz novos requisitos para apresentação dentro

ÁGUAS DE NOVA FRIBURGO LTDA.

CNPJ: 03.119.806/0001-91

Os investidores compreendam o efeito desses contratos sobre o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade. Tais alterações terão início em ou pós 1º janeiro de 2026, sendo sua adoção antecipada permitida desde que divulgada. Em convergência com as normas internacionais, o CPC deverá incorporar essas modificações por meio de futuras revisões do CPC 48 e do CPC 40 (R1). Tais alterações, a princípio, não trazem impacto material sobre as demonstrações financeiras da Concessionária. No entanto, a Concessionária continuará acompanhando a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC 40 (R1) e avaliará, após as revisões emitidas pelo CPC, a necessidade de atualização de suas políticas e processos. **4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** Julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras pela Concessionária requer que a Administração adote julgamentos profissionais, estimativas e premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. A incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode levar à necessidade de ajustes em exercícios futuros no valor contábil do ativo ou passivo afetado. **Estimativas e premissas contábeis:** As principais premissas relativas a incertezas nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incertezas nas estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de gerar um ajuste significativo no valor contábil de ativos e passivos no exercício seguinte, são consideradas a seguir: a) *Vida útil dos ativos intangíveis:* Os ativos intangíveis das concessões de serviços públicos são amortizados pelo método linear e refletem o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Concessionária, podendo ser o prazo final da concessão, ou a vida útil do ativo, o que ocorrer primeiro. Os ativos intangíveis têm a sua amortização iniciada quando estão disponíveis para uso, em seu local e na condição necessária para que sejam capazes de operar da forma pretendida pela Concessionária. b) *Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:* A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. c) *Provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber:* A Concessionária registra as perdas de crédito esperadas de contas a receber, considerando a avaliação do histórico de recebimento, tendências econômicas atuais, vencimento da carteira de contas a receber e expectativas de perdas futuras. Ainda que a Concessionária acredite que as premissas utilizadas são razoáveis, os resultados reais podem ser diferentes. d) *Receita não faturada:* As receitas ainda não faturadas representam serviços prestados para os quais ainda não foram realizadas leituras. São reconhecidas com base em estimativas mensais calculadas de acordo com último faturamento de cada ciclo de leitura. Informações adicionais da receita e contas a receber estão descritas nas Notas 3.11 e 7.5. **Gestão de riscos financeiros: 5.1. Instrumentos financeiros por categoria:** A Concessionária efetua avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores justos, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados. O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os valores contábeis e valores justos dos instrumentos financeiros da Concessionária em 31 de dezembro de 2025 e 2024 são como segue:

Classificação por categoria	Hierarquia do valor justo	31/12/2025		31/12/2024		
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	
Ativos financeiros						
Equivalentes de caixa (aplicações financeiras)	Valor justo por meio de resultado	Nível 2	18.834	18.834	24.679	24.679
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	-	27.829	27.819	26.014	26.014
Aplicações financeiras vinculadas	Valor justo por meio de resultado	Nível 2	2.572	2.572	2.283	2.283
Créditos com partes relacionadas	Custo amortizado	-	185	185	78	78
Passivos financeiros						
Fornecedores	Custo amortizado	-	7.087	7.087	2.316	2.316
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	-	98.348	88.880	75.855	75.855
Passivos de arrendamento	Custo amortizado	-	1.459	1.459	578	578
Notas comerciais estruturais	Custo amortizado	-	22.975	21.030	37.610	37.610
Ônus da concessão	Custo amortizado	-	363	363	313	313
Débitos com partes relacionadas	Custo amortizado	-	1.236	1.236	1.187	1.187

As políticas de gerenciamento de risco da Concessionária são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Concessionária está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de riscos e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Concessionária. Não houve transferências entre níveis de mensuração na hierarquia do valor justo no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 para esses ativos e passivos. **5.2. Risco de mercado:** O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado de posições detidas pela Concessionária, incluindo as operações sujeitas às taxas de juros e riscos de preços. **Risco de taxas de juros:** Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Concessionária ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis. A Concessionária utiliza a geração de caixa das atividades operacionais para gerir as suas operações assim como para garantir seus investimentos e expansão. Para suprir eventuais necessidades de caixa para desenvolvimento do negócio, a Concessionária obtém empréstimos e financiamentos e notas comerciais escriturais em moedas locais sujeitos à flutuação da taxa do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"), do Índice Nacional de Preços ao Consumidor ("IPCA") e da Taxa Referencial ("TR"). O risco inerente a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nessas taxas que impactem seus fluxos de caixa. A Concessionária também está exposta à flutuação de taxas de juros referentes ao saldo de aplicações financeiras, que são remuneradas com base em percentuais do CDI. A análise de sensibilidade, dos juros sobre os equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos e notas comerciais escriturais, utilizou as projeções do CDI, IPCA e TR para os próximos 12 meses, este definido como cenário provável, por meio dos relatórios de análise econômica Focus, do Banco Central do Brasil e do Banco Itaú. O cenário 1 corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras. Os cenários II e III correspondem a uma alteração positiva e negativa de 25% nas taxas. Os efeitos nas taxas, são apresentados conforme as tabelas a seguir: Os efeitos nas taxas, são apresentados conforme as tabelas a seguir:

Operação	Risco	Cenário			
		contábil	Entre um ano	Entre dois anos	Acima de dois anos
Ativo					
Equivalentes de caixa	CDI	18.834	21.213	20.618	21.808
Aplicações financeiras vinculadas	CDI	2.572	2.897	2.816	2.978
Passivo					
Empréstimos e financiamentos	IPCA	(74.208)	(77.184)	(76.442)	(77.926)
Empréstimos e financiamentos	TR	(27.076)	(27.620)	(27.485)	(27.756)
Notas comerciais escriturais	CDI	(23.011)	(25.917)	(25.190)	(26.644)
Passivo líquido		(102.889)	(106.611)	(105.683)	(107.540)
Efeito líquido		(3.722)	(2.794)	(4.651)	
CDI (a.a.)		12,63%			
IPCA (a.a.)		4,01%			
TR (a.a.)		2,01%			

5.3. Risco de liquidez: É o risco de a Concessionária não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. A abordagem da Concessionária na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Concessionária. As tabelas abaixo demonstram análise dos vencimentos para os passivos financeiros em aberto, sem os custos de transação relativos aos empréstimos e financiamentos e notas comerciais escriturais, em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (valores não descontados):

Operação	Risco	Cenário			
		contábil	Entre um ano	Entre dois anos	Acima de dois anos
Em 31 de dezembro de 2025					
Fornecedores		7.087	7.087	-	-
Empréstimos e financiamentos		101.284	6.261	5.965	89.058
Passivos de arrendamento		1.459	887	566	6
Notas comerciais estruturais		23.011	15.868	7.143	-
Ônus da concessão		363	363	-	-
Débitos com partes relacionadas		1.236	1.236	-	-
		134.440	31.702	13.674	89.064
		Valor contábil	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Acima de dois anos
Em 31 de dezembro de 2024					
Fornecedores		2.316	2.316	-	-
Empréstimos e financiamentos		76.767	5.890	5.730	65.147
Passivos de arrendamento		578	354	224	-
Notas comerciais estruturais		37.721	16.292	14.286	7.143
Ônus da concessão		313	313	-	-
Débitos com partes relacionadas		1.187	1.187	-	-
		118.882	26.352	20.240	72.290

5.4. Gestão de capital: Os objetivos da Concessionária ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos quotistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital para reduzir o respectivo custo. E, para atingimento desses objetivos, exerce uma gestão financeira e de capital centralizada. Para manter ou ajustar a estrutura de capital, a Concessionária pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos quotistas ou, ainda, emitir novas quotas ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Condizente com outras empresas do setor, a Concessionária monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde aos empréstimos e financiamentos, passivos de arrendamento e notas comerciais escriturais, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2025 e 2024 podem ser assim resumidos:

	31/12/2025	31/12/2024
Empréstimos e financiamentos (Nota 15)	98.348	75.855
Passivos de arrendamento (Nota 15)	1.459	578
Notas comerciais escriturais (Nota 16)	22.975	37.610
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(19.176)	(24.741)
(-) Aplicações financeiras vinculadas (Nota 9)	(2.572)	(2.283)
Dívida líquida (a)	101.034	87.019
Total do patrimônio líquido (b)	152.929	119.294
Total do capital (a+b)	253.963	206.313
Índice de alavancagem financeira - % [a/(a+b)]	39,78%	42,18%

6. Caixa e equivalentes de caixa	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e bancos	342	62
Aplicações financeiras	18.834	24.679
	19.176	24.741

Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de liquidez imediata, representados, principalmente, por Certificados de Depósito Bancário – CDBs, os quais são registrados pelos valores nominais, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, com remuneração relacionada à média ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 de aproximadamente 99,99% do CDI (101,1% em 2024).

7. Contas a receber de clientes	31/12/2025	31/12/2024
Clientes (a)	49.571	45.580
Clientes - parcelamento (b)	3.148	2.841
Pontos arrecadadores (c)	873	938
Perdas de créditos esperadas das contas a receber	(25.763)	(23.345)
	27.829	26.014
	26.851	26.014
Ativo circulante	978	-

(a) Refere-se ao saldo de contas emitidas e ainda não recebidas, além dos valores fornecidos e ainda não faturados (ajuste por competência). (b) Refere-se a acordos firmados entre os clientes e a Concessionária para a quitação de seus débitos. (c) Agentes arrecadadores que já receberam as contas dos clientes e ainda não repassaram para a Concessionária. O aging list das contas a receber é composto da seguinte forma:

	31/12/2025	31/12/2024
A vencer	16.923	15.278
Faturado	8.870	7.840
Não faturado		
Vencidas		
Até 30 dias	2.145	2.167
De 31 a 60 dias	790	779
De 61 a 90 dias	301	404
De 91 a 180 dias	1.078	1.133
Mais de 180 dias	23.485	21.758
	53.592	49.359

Abaixo apresentamos a movimentação da provisão para perdas de créditos esperadas:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	(23.345)	(21.774)
(+) Constituições	(2.418)	(1.571)
Saldo final	(25.763)	(23.345)

8. Tributos a recuperar: Os impostos e contribuições a recuperar estão assim representados:

	31/12/2025	31/12/2024
IRPJ	211	18
PIS	3	3
COFINS	11	12
	225	33
Ativo circulante	199	15
Ativo não circulante	26	18

9. Aplicações financeiras vinculadas: O montante de R\$ 2.572 (R\$ 2.283 em 2024), corresponde à obrigação da Concessionária constante no Contrato de Financiamento na modalidade FINEM, junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, onde a Concessionária se obriga, como garantia do pagamento de quaisquer obrigações do contrato, a constituir uma conta reserva com saldo não inferior ao montante equivalente à soma das prestações de amortizações do principal e juros da dívida, vencíveis nos três meses imediatamente subsequentes.

10. Ativo de direito de uso	31/12/2025	31/12/2024				
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Imóveis	2.625	(1.294)	1.331	960	(467)	493
	2.625	(1.294)	1.331	960	(467)	493

Movimentação do ativo de direito de uso

	Saldos em 31/12/2024	Adições	Amortização	Remensuração	Saldos em 31/12/2025
Imóveis	493	1.717	(874)	(5)	1.331
	493	1.717	(874)	(5)	1.331

11. Imobilizado

	31/12/2025	31/12/2024			
	Taxa de depreciação anual	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido	
Equipamentos de informática	20%	2.871	(2.124)	747	623
Veículos	20%	1.219	(1.101)	118	136
Máquinas e equipamentos	10%	221	(107)	114	85
Móveis e utensílios	10%	1.004	(582)	422	423
Outros		109	(109)	-	-
		5.424	(4.023)	1.401	1.267

Movimentação do imobilizado

	Saldos em 31/12/2024	Adições	Depreciação	Baixas	Reclassificação	Saldos em 31/12/2025
Equipamentos de informática	623	300	(214)	(5)	43	747
Veículos	136	20	(38)	-	-	118
Máquinas e equipamentos	85	46	(17)	-	-	114
Móveis e utensílios	423	34	(62)	-	27	422
	1.267	400	(331)	(5)	70	1.401

12. Ativo de contrato

	Saldos em 31/12/2024	Adições	Transferências	Reclassificação	Saldos em 31/12/2025
Infraestrutura em construção	71.693	55.806	(24.745)	(70)	102.684
	71.693	55.806	(24.745)	(70)	102.684

Custos de empréstimos capitalizados: Os juros de empréstimos e financiamentos são capitalizados nos ativos de concessão durante o período em construção, sendo R\$ 5.286 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 2.432 em 2024).

13. Intangível

	31/12/2025	31/12/2024			
	Taxa de amortização anual	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido	
Softwares e aplicativos	20%	658	(635)	23	10
Desenvolvimento de projetos		258	(60)	198	-
Concessão/Infraestrutura		254.748	(108.072)	146.676	132.719
		255.664	(108.767)	146.897	132.729

Os valores reconhecidos na linha Concessão/Infraestrutura representam o valor de custo dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação de serviços de concessão e sua respectiva amortização acumulada. As taxas utilizadas baseiam-se no prazo final da concessão ou na vida útil do ativo, o que ocorrer primeiro. Sendo esse montante em 31 de dezembro de 2025 composto pelos seguintes ativos:

	31/12/2025	31/12/2024		
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Captação	398	(113)	285	150
Adutoras	7.744	(3.151)	4.593	4.885
Estação de Tratamento de Água - ETA	30.093	(6.869)	23.224	18.436
Reservatório	4.849	(2.177)	2.672	2.857
Booster	235	(61)	174	184
Elevatória de água	45	(25)	20	22
Substituição/Expansão de rede de água	66.220	(29.002)	37.218	32.480
Ligação de água	6.858	(2.097)	4.761	4.618
Ligação de esgoto	11.573	(4.038)	7.535	6.873
Substituição/Expansão de rede de esgoto	39.420	(21.004)	18.416	18.415
Elevatória - esgoto	9.113	(3.632)	5.481	5.404
Estação de Tratamento de Esgoto - ETE	44.155	(16.509)	27.646	28.462
Benefitorias em imóveis de terceiros	6.323	(1.364)	4.959	3.489
Máquinas e equipamentos	26.358	(16.748)	9.610	6.193
Máquinas e equipamentos arrendados	1.364	(1.282)	82	253
	254.748	(108.072)	146.676	132.719

Movimentação do intangível:

	Saldos em 31/12/2024	Adições	Baixas	Amortização	Transferências	Saldos em 31/12/2025
Softwares e aplicativos	10	-	-	(7)	20	23
Desenvolvimento de projetos	-	198	-	-	-	198
Concessão/Infraestrutura	132.719	221	(2)	(10.987)	24.725	

ÁGUAS DE NOVA FRIBURGO LTDA.

CNPJ: 03.119.806/0001-91

ção procedimento licitatório totalizando R\$ 8.208 (R\$ 7.616 em 2024); e (VIII) outros, totalizando R\$ 14.848 (R\$ 12.618 em 2024). b) **Trabalhistas:** Processo nº 0100174-13.2025.5.01.0511. Trata-se de ação trabalhista em que o prestador de serviços sofreu acidente de trabalho e pede (i) responsabilidade subsidiária da Águas de Nova Friburgo Ltda, (ii) o pagamento de pensão vitalício pela perda da capacidade laborativa e constituição de capital garantidor, (iii) danos morais no valor de R\$ 90 e (iv) honorários advocatícios. O autor atribuiu à causa o valor de R\$ 742, que atualizado em dezembro de 2025 estima-se em R\$ 833. Foi realizada perícia médica, que constatou a incapacidade do autor. Embora o laudo tenha sido impugnado, o perito manteve o seu entendimento. Foi realizada a audiência de instrução, sendo ouvidas as partes e testemunhas. Estamos aguardando a sentença. 20. **Partes relacionadas:** Remuneração de pessoal chave da Administração: Os diretores são as pessoas chaves que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Concessionária. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram pagos pela Concessionária o montante total de R\$ 1.240 (R\$ 1.116 em 2024). Abaixo os valores estão segregados por natureza:

	31/12/2025	31/12/2024
Remuneração	919	813
Encargos sociais	243	229
Plano de saúde	38	35
Plano de previdência privada	28	27
Outros	12	12
	1.240	1.116

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Resumo das transações com partes relacionadas

	31/12/2025	31/12/2024
Ativo circulante:		
Créditos com partes relacionadas (a)		
Rio+ Saneamento BL3 S.A.	-	2
Águas de Imperatriz S.A.	4	-
Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda.	181	76
Total do ativo circulante	185	78
Passivo circulante:		
Obrigações com a sócia Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.		
Distribuição de lucros	9.628	9.628
Juros sobre o capital próprio	-	6.652
	9.628	16.280

Débitos com partes relacionadas

	31/12/2025	31/12/2024
Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda.	1.236	1.187
	1.236	1.187

Total do passivo circulante

	31/12/2025	31/12/2024
Resultado com partes relacionadas		
Despesas		
Contrato de gestão (Management Fee) (a)		
Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.	(7.845)	(7.286)
(a) Os saldos decorrem de transações entre concessionárias do mesmo grupo econômico.		

co, vinculadas à compra e venda de materiais ou das prestações de serviços, oriundos do: i) contrato de fruição de utilidades comuns com a Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda., resultando na estrutura de Unidade de Administração Central (UAC) para as áreas de finanças, planejamento, recursos humanos, tecnologia da informação e logística; ii) do contrato de gestão centralizada (Management Fee) com a Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. 21. **Patrimônio líquido:** a) **Capital social:** O capital social realizado é de R\$ 44.000 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 44.000 em 2024) e está representado por 44.000.000 (quarenta e quatro milhões) de quotas, no valor de um real cada uma.

	31/12/2025		31/12/2024	
	Quantidade de quotas	Participação (%)	Quantidade de quotas	Participação (%)
Saneamento Ambiental				
Águas do Brasil S.A.	44.000.000	100	44.000.000	100
Total	44.000.000	100	44.000.000	100

22. **Receita líquida**

	31/12/2025	31/12/2024
Receita de prestação de serviços	175.545	156.267
Receita de construção	53.290	32.543
Cancelamentos	(1.958)	(899)
Receita Bruta	226.877	187.911

Deduções da receita bruta:

	31/12/2025	31/12/2024
PIS e COFINS sobre serviços prestados	(15.633)	(14.323)
Descontos concedidos	(5.860)	(780)
Receita líquida	205.384	172.808

23. **Custos dos serviços prestados**

	31/12/2025	31/12/2024
Taxas de recursos hídricos e ambientais	(1.522)	(1.345)
Ônus da concessão	(3.950)	(3.583)
Energia elétrica	(9.680)	(8.935)
Custo de construção	(53.290)	(32.543)
Materiais aplicados nos serviços	(4.534)	(5.195)
Salários e benefícios a empregados	(19.269)	(18.977)
Utilização de imóveis e telefonia	(245)	(453)
Manutenção/aluguel de equipamentos e veículos	(4.141)	(4.527)
Serviços de terceiros	(2.529)	(3.192)
Depreciações e amortizações	(10.381)	(10.737)
Outros	(202)	(278)
	(109.743)	(89.765)

24. **Despesas gerais e administrativas**

	31/12/2025	31/12/2024
Salários e benefícios a empregados	(15.461)	(13.595)
Utilização de imóveis e telefonia	(448)	(390)
Manutenção/aluguel de equipamentos e veículos	(883)	(855)
Serviços de terceiros	(14.571)	(13.614)
Despesas com contencioso	(647)	(513)
Impostos, encargos, taxas e contribuições	(153)	(141)
Depreciações e amortizações	(992)	(854)
Provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber	(2.418)	(1.571)
Reversão (provisão) de contingências	(40)	323
Outras	(7.211)	(5.068)
	(42.824)	(36.278)

25. **Resultado financeiro**

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras		
Rendimentos com aplicações financeiras	4.111	2.531
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(276)	(227)
Juros e multas vinculadas à operação	1.781	1.676
Variações monetárias sobre outros ativos	8	255
Ganhos com operações de swap	-	113
Ganho com derivativos	-	5
Outras	26	313
	5.650	4.666

Despesas financeiras

	31/12/2025	31/12/2024
Juros com empréstimos e financiamentos	(7.978)	(10.118)
Juros sobre arrendamentos	(246)	(92)
Variação monetária sobre empréstimos e financiamentos	(376)	(8)
Atualização monetária das contingências	(116)	362
Tributos sobre operações financeiras	(17)	(415)
Descontos concedidos	(399)	(309)
Perdas com operações de swap	-	(3)
Perda com derivativos	-	(111)
Comissão e escrituração	(97)	(42)
Outras	(481)	(602)
	(9.710)	(11.338)

Resultado financeiro

	31/12/2025	31/12/2024
Juros com empréstimos e financiamentos	(4.060)	(6.672)

26. **Seguros:** O Grupo Águas do Brasil adota a política de contratar cobertura de seguros de forma global para riscos de engenharia, patrimoniais, ambientais e de responsabilidade civil dos administradores (D&O), entre outros, especificamente associados à natureza de sua atividade. Os seguros contratados possuem cobertura sobre construção, fornecimento ou prestação de serviços. A cobertura em 31 de dezembro de 2025 está apresentada a seguir:

Ramos **Vigência das apólices** **Coberturas**

	Vigência das apólices	Coberturas
Responsabilidade civil geral	17/01/2026 a 17/01/2027	19.500
Risco de engenharia e responsabilidade civil obras	31/12/2025 a 31/12/2026	182.741
Responsabilidade civil administradores - D&O	27/10/2025 a 27/10/2026	50.000
Riscos operacionais	17/01/2026 a 17/01/2027	75.000
Riscos ambientais	22/12/2025 a 22/12/2026	5.000
Garantia de concessão	24/01/2026 a 24/01/2027	3.854
Seguro de veículos	17/10/2025 a 17/10/2026	200
Garantia judicial	01/01/2021 a 07/03/2030	4.356

27. **Transações que não envolvem caixa:** Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Concessionária realizou as seguintes atividades que não envolveram caixa e, portanto, foram excluídas da demonstração dos fluxos de caixa:

	31/12/2025	31/12/2024
Arrendamentos	1.711	644
Juros capitalizados	5.286	2.432
IRRF sobre swap	-	17
Juros sobre o capital próprio	-	5.851
	6.997	8.944

Danielle Silva de Souza Moreira - Diretor; Carlos Eduardo Tavares de Castro - Diretor; Isadora Viceconti Goulart - Contadora - CPF : 126.378.247-78 - CRC/RJ- 138372/O-8

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos quotistas da Águas de Nova Friburgo Ltda. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Águas de Nova Friburgo Ltda. ("Concessionária"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Concessionária, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Concessionária continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Concessionária ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Concessionária. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Concessionária. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Concessionária a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 20 de março de 2026. ERNST & YOUNG Auditores Independentes S/S Ltda. - CRC SP-015199/F; Gláucio Dutra da Silva - Contador CRC-1RJ090174/O

